



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios

Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários

Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios

Divisão De Consignações em Benefícios

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 35000.001090/2019-59

Interessado: banco bmg s/a, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF, HERIBERTO NEVES DA SILVA

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
 - 3.1. Folhas: 11
 - 3.2. Volumes: 1
 - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
 - 4.1. Volume de Processo: 1
 - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
 - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 17/09/2020, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1730364** e o código CRC **FD64D3F2**.

Referência: Processo nº 35000.001090/2019-59

SEI nº 1730364

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



**SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO
DISTRITO FEDERAL**

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES
SMAS, Trecho 4, Lote 4/6, Bloco 1, 2º andar, Salas 203/204
(61) 3103 1780, CEP 70610-906, Brasília-DF

Ofício nº. 406/2019

Brasília, 15 de maio de 2019.

Previdência Social
SERVIÇO DE PROTOCOLO



35000.001090/2019-59

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)
Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Setor de Autarquias Sul - Quadra 2, Bloco O, Asa Sul
Brasília - DF

Assunto: Art. 52, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008

Número do processo: 0717031-45.2018.8.07.0016
Classe judicial: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)
EMBARGANTE: BANCO BMG SA
EMBARGADO: HERIBERTO NEVES DA SILVA

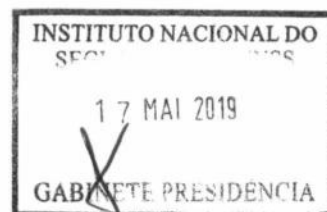
Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Senhoria que foi prolatado Acórdão nos autos do(a) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) em epígrafe, em que são partes: **EMBARGANTE: BANCO BMG SA - CNPJ: 61.186.680/0001-74 e EMBARGADO: HERIBERTO NEVES DA SILVA - CPF: 248.399.571-34**.

Em cumprimento ao determinado no referido Acórdão, encaminho anexos o Acórdão e a certidão de trânsito em julgado, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Atenciosamente,

PATRÍCIA TORRES SANTOS MAGALHÃES
Diretora de Secretaria
2º Turma Recursal dos Juizados Especiais do DF



Número do documento: 19051517514083200000008479608

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19051517514083200000008479608>

Assinado eletronicamente por: PATRICIA TORRES SANTOS MAGALHAES - 15/05/2019 17:51:40

Processo 0717031-45.2018.8.07.0016 (1730316)

SEI 35000.001090/2019-59 / pg. 3

Num. 8679121 - Pág. 1

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Segunda Turma Recursal



CERTIDÃO DE JULGAMENTO
Segunda Turma Recursal - 7ª Sessão Ordinária - 2019 - 2ª TRJEDF

Órgão : Segunda Turma Recursal

Espécie : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)

Nº
Processo : 0717031-45.2018.8.07.0016

Data da
Sessão : 10/04/19

Presidente : JOAO LUIS FISCHER DIAS

Quorum : JOAO LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORREA SILVA - 1º Vogal e
EDUARDO HENRIQUE ROSAS - 2º Vogal

Decisão : **CONHECIDOS. EMBARGOS ACOLHIDOS. UNÂNIME**

Brasília-DF, 10 de abril de 2019

PATRICIA TORRES SANTOS MAGALHAES
Segunda Turma Recursal



Número do documento: 19041018190512300000007950027

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19041018190512300000007950027>

Assinado eletronicamente por: PATRICIA TORRES SANTOS MAGALHAES - 10/04/2019 18:19:05

Processo 0717031-45.2018.8.07.0016 (1730316)

SEI 35000.001090/2019-59 / pg. 4

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



Órgão Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL

Processo N. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL 0717031-45.2018.8.07.0016

EMBARGANTE(S) BANCO BMG SA

EMBARGADO(S) HERIBERTO NEVES DA SILVA

Relator Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS

Acórdão Nº 1164941

EMENTA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SUPRIDO ERRO MATERIAL. EMBARGOS CONHECIDOS E ACOLHIDOS.

1. Conheço dos Embargos de Declaração interpostos pela parte ré (ID 6929768) por serem tempestivos.
2. Assiste razão razão ao réu. Houve erro material no acórdão no que tange aos valores por ele disponibilizados ao autor. O documento de ID 5210141, refere-se ao valor, R\$ 60,60. Já o documento de ID 5210142 corresponde ao valor de R\$ 177,00. O documento de ID 4855687, comprova o valor de R\$ 318,00.
3. Assim, deve ser retificado o ponto 7 do acórdão, para constar que, *além do valor de R\$ 3.002,71 (ID 5210145), também foram disponibilizados os acima referidos.*
4. Por consequência, o dispositivo passará a ter a seguinte redação: **10. Recurso CONHECIDO e PROVIDO EM PARTE.** *Sentença reformada para: a) declarar a nulidade do contrato celebrado entre as partes (ID 5210172, p. 1/3), nos termos do art. 51, IV, do CDC; b) condenar o réu a promover a suspensão imediata dos descontos salariais referentes ao contrato de empréstimo em questão; c) determinar a devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração de nulidade do contrato e o valor comprovadamente disponibilizado pelo banco (R\$ 3.002,71 - ID 5210172, p. 2), na forma simples; e d) condenar o réu a restituir, na forma simples, e se houver, valores que tenham sido pagos a maior pelo consumidor. Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.*
5. Mantidos os demais termos.



6. Embargos **CONHECIDOS** e **ACOLHIDOS**.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, **JOÃO LUIS FISCHER DIAS** - Relator, **ARNALDO CORRÊA SILVA** - 1º Vogal e **EDUARDO HENRIQUE ROSAS** - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz **JOÃO LUIS FISCHER DIAS**, em proferir a seguinte decisão: **CONHECIDOS. EMBARGOS ACOLHIDOS. UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 10 de Abril de 2019

Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS
Presidente e Relator

RELATÓRIO

Dispensado nos termos do art. 46 da Lei n. 9.099/95.

VOTOS

O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator

Dispensado nos termos do art. 46 da Lei n. 9.099/95.

O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal
Com o relator

O Senhor Juiz EDUARDO HENRIQUE ROSAS - 2º Vogal
Com o relator

DECISÃO

CONHECIDOS. EMBARGOS ACOLHIDOS. UNÂNIME



**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES
Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal

Número do processo: 0717031-45.2018.8.07.0016
Classe judicial: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)
Assunto: [Capitalização e Previdência Privada]
EMBARGANTE: BANCO BMG SA
EMBARGADO: HERIBERTO NEVES DA SILVA

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que, à 00:00:00 de **15 de maio de 2019**, decorreu o prazo legal sem que fosse interposto recurso ao acórdão. Assim, remeto este processo ao juizado especial de origem.

Brasília-DF, 15 de maio de 2019.



Número do documento: 19051512573290300000008461896

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19051512573290300000008461896>

Assinado eletronicamente por: EDRIANE LOREDO DELFIACO - 15/05/2019 12:57:32

Processo 0717031-45.2018.8.07.0016 (1730316)

SEI 35000.001090/2019-59 / pg. 7

Num. 8660864 - Pág. 1



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

AO

SENHOR

PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL
DO SEGURO SOCIAL - INSS



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



01.001.0 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 20 / 05/2019

Ref.: Processo nº 35000.001090/2019-59
(Sipps nº 484.507.361)

Int.: Segunda Turma Recursal dos Juizados
Especiais do Distrito Federal

Ass.: Art. 52, da Instrução Normativa INSS/
PRES nº 28/2008
Banco BMG SA e HERIBERTO NEVES
DA SILVA.

Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios para exame e adoção das providências cabíveis.

Sidarta Costa de A. Souza
SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA
Chefe de Gabinete da Presidência

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS



Órgão	Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL
Processo N.	RECURSO INOMINADO 0717031-45.2018.8.07.0016
RECORRENTE(S)	HERIBERTO NEVES DA SILVA
RECORRIDO(S)	BANCO BMG SA
Relator	Juiz JO??? LUIS FISCHER DIAS
Acórdão Nº	1140524

EMENTA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. AUSÊNCIA DE CLAREZA NO INSTRUMENTO CONTRATUAL. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA NÃO OBSERVADO. NULIDADE DO CONTRATO. COMPENSAÇÃO ENTRE O VALOR RECEBIDO E EFETIVAMENTE PAGO PELO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CARACTERIZADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.
2. Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, o autor não foi suficientemente informado acerca da sistemática de funcionamento do contrato, em claro desatendimento ao art. 6º, II e III, e art. 46, ambos do CDC.
3. Com efeito, não consta do contrato assinado pelo autor (ID 5210172, p. 1/3), de forma expressa e clara, a quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário.
4. Da mesma forma, não há no contrato firmado o termo final da quitação da dívida e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo. Diante de tal fato, acabou restando impossível verificar se os valores descontados em folha seriam suficientes para, diante dos juros aplicados, quitar normalmente a dívida ou se acabariam sendo sempre insuficientes, gerando uma dívida impagável pelo consumidor.
5. Deve ser consignado que restou comprovado nos autos que o autor não usou o cartão de crédito (ID 5210148, p. 1/19), dando verossimilhança à sua tese que o plástico não foi enviado e nem por ele desbloqueado. Assim, forçoso reconhecer a nulidade do contrato em questão (ID 5210172, p. 1/3), nos termos do art. 51, IV, do CDC.
6. No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pelo consumidor (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimo efetivamente por ele utilizado. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa.
7. Visando evitar um eventual locupletamento ilícito por parte do autor, que recebeu o valor emprestado pelo réu, tenho que se afigura plausível a devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre a quantia efetivamente cobrada até a data da declaração de nulidade do contrato e o montante comprovadamente disponibilizado pelo banco (R\$ 3.002,71 - ID 5210172, p. 2), na forma simples. Precedentes das Turmas Recursais.
8. Por outro lado, o valor pago a maior pelo consumidor, se houver, deve lhe ser restituído na forma simples, uma vez que, como sublinhado anteriormente, ausentes os requisitos para a aplicação da dobra legal.
9. Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raíais do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contratos de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.
10. Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE**. Sentença reformada para: a) declarar a nulidade do contrato celebrado entre as partes (ID 5210172, p. 1/3), nos termos do art. 51, IV, do CDC; b) condenar o réu a promover a suspensão imediata dos descontos salariais referentes ao contrato de empréstimo em questão; c) determinar a devolução, pelo consumidor, da diferença, se houver, entre o valor efetivamente cobrado até a data da declaração de nulidade do contrato e o valor comprovadamente disponibilizado pelo banco (R\$ 3.002,71 - ID 5210172, p. 2), na forma simples; e d) condenar o réu a restituir, na forma simples, e se houver, valores que tenham sido pagos a maior pelo consumidor. Diante da falta de elementos, a presente decisão em grau de recurso não pode ser líquida, o que demandará atuação do Juízo de origem.

11. Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

12. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à minguada de recorrente vencido na integralidade.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JO??? LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORR??? SILVA - 1º Vogal e ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UN???NIME, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 28 de Novembro de 2018

Juiz JO??? LUIS FISCHER DIAS
Relator

RELATÓRIO

Trata-se de recurso nominado interposto pelo autor contra a sentença que, na AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E NULIDADE CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES, julgou improcedentes os pedidos iniciais.

Alega a ausência de informação do banco e vício de consentimento na realização do contrato, uma vez que pretendia realizar empréstimo consignado na modalidade tradicional. Assevera, ainda, a ausência de desbloqueio ou uso do cartão.

Contrarrazões apresentadas (ID 5210183).

É o relatório.

VOTOS

VOTOS

O Senhor Juiz JOÃO FISCHER - Relator

Dar parcial provimento ao recurso

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Presidente e Vogal

Eminente Relator, neste caso, observei que existe o contrato, mas as cláusulas não foram claras. Ele foi preenchido, há cláusula e assinatura.

V. Ex.ª está dizendo que a cláusula não foi clara. Temos de pontuar qual a cláusula que seria clara suficiente para considerarmos que se cumpriu integralmente o disposto na lei em resolução. Porque, na verdade, no voto de V. Exª consta: "Tenho que, no presente, o autor não foi suficientemente informado a respeito da sistemática de funcionamento do contrato." Existe o contrato e nele há o valor da taxa, as comissões, o valor efetivo e, no verso dele, há o saque autorizado, que diz: "Solicito que seja realizado saque no valor abaixo informado, mediante débito no cartão de crédito consignado, por mim solicitado, através do presente termo de adesão."

O que ocorre é que eles dão o cartão, sacam desse cartão e transferem para uma conta autorizada dele. Então, ele já entra com débito para o cartão. E esse débito para o cartão é pago por meio da margem mínima. O mínimo do cartão é o RMC, que é debitado mensalmente, no benefício dele. Então, mediante o débito do cartão, ele autorizou: "... por mim solicitado... (lê)... devedor remanescente." Então, ele está aceitando o cartão, o débito do cartão, está aceitando que será debitado o mínimo do cartão e que esse valor do débito será financiado como um financiamento, no qual incidirão encargos e demais juros.

Gostaria de ver com os Colegas qual a cláusula que precisa ser mais clara do que essa para considerar válida a contratação.

O Senhor Juiz JOÃO FISCHER - Relator

É porque não há o número de parcelas.

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Presidente e Vogal

Há aqui na contratação, característica IV, diz: "Vencimento de cada fatura: 10 de cada mês; taxa contratual aplicada: 3,5%, que equivale a R\$48,67 aa; o custo efetivo 3,5... 60 no total do ano. A renda mensal...(lê)... R\$ 122,54."

No item II consta: "Não foi suficientemente informada a respeito da sistemática de funcionamento...", ela se declara ciente, assinado. Penso que esse tópico podemos reformar.



O Senhor Juiz JOÃO FISCHER - Relator

No item III, explícito o que não foi claro: "Com efeito, não consta do contrato, assinado de forma clara e expressa, a quantidade de parcelas a serem consignadas."

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Presidente e Vogal

Quando se fala em "sistemática em funcionamento", entende-se a modalidade de contratação, e não sobre os termos contratados.

O Senhor Juiz JOÃO FISCHER - Relator

Veja bem: se não há o número de parcelas, como vai ser feito isso? Ele vai todo mês pagando? Não se sabe também, porque se olha a fatura e não é o valor constante no contrato.

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Presidente e Vogal

Há um extrato de pagamento do detalhamento do crédito?

O Senhor Juiz JOÃO FISCHER - Relator

Sim. Veja se a parcela está no mesmo valor fixado. Penso que não está, porque ela não juntou.

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Presidente e Vogal

Concordo com V. Ex.^a que não há cláusula.

O Senhor Juiz JOÃO FISCHER - Relator

O valor descontado na fatura é o valor que está na parcela? Não é também. Há divergência.

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Presidente e Vogal

Valor descontado R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais). Está aqui R\$ 122,00 (cento e vinte e dois reais). Há vários, porque ele tem vários empréstimos, não sei qual é. Deveria ter o número daquele contrato específico. Há um de 44, um de 24, 158, 34, 84, 80 e 245, são vários, não sei a qual se refere. Deveria ter isso aí indicando qual é o contrato daquela dívida.

O Senhor Juiz JOÃO FISCHER - Relator

Na verdade, a nulidade faz retornar ao *status quo ante*. Mas no caso não há como retroagir "*ex tunc*." Cessa o desconto das parcelas a partir da nossa decisão com efeito "*ex nunc*". Penso que seja a decisão mais correta e equânime para o caso concreto. Apenas a liquidez fica comprometida devida à compensação de valores, que poderá ser realizada no juízo de Origem.

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Presidente e Vogal

Concordo com V. Ex.^a, visto que não há, efetivamente, de forma expressa e clara, a quantidade de parcelas e a data de vencimento prevista, que deve constar do contrato.

O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - Vogal

Acompanho a Turma.

DECISÃO

CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UN???NIME

Assinado eletronicamente por: JOAO LUIS FISCHER DIAS

14/12/2018 17:43:15

<https://pje.tjdft.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 34585804



1812141743150000000033105677

IMPRIMIR

GERAR PDF

Consulta de Empréstimo Consignado

INSSIDIRBEN
Fls. 12
Usuário: Lauro Iatski Junior
Rubrica

Consulta de Empréstimos

Os campos precedidos com asterisco(*) são de preenchimento obrigatório

1 - Exija sempre a sua via do contrato de empréstimo pessoal e/ou cartão de crédito.

2 - Para contratar crédito compareça a agência da Instituição Financeira conveniada, não aceite a abordagem de terceiros ou por telefone.

Informações do benefício

Número do benefício: 1252718079

Nome do segurado: HERIBERTO NEVES DA SILVA

Espécie: 32-APOSENTADORIA INVALIDEZ PREVIDENCIARIA

Pagamento através de: CONTA-CORRENTE

Situação do benefício: ATIVO

Possui representante legal / procurador?: NÃO

É pensão alimentícia?: NÃO

Bloqueado para empréstimo?: NÃO

Valor da MR: R\$ 2.809,92 Valor referente ao pagamento da competência 05/2019

Base de cálculo da margem consignável: R\$ 2.741,98

Margem atual disponível para empréstimo: R\$ 1,61 0,1 %

Margem atual disponível para cartão: R\$ 137,09 5,0 %

Empréstimos Bancários

Contrato	Banco	Ini. Contrato	Ini. Desconto	Fim Desconto	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	VI. Empréstado	VI. Parcela	Parcela/Total
580695330 - (Empréstimo por Consignação)	029 - ITAU CONSIGNADO	07/03/2019	02/2019	-	30/01/2019	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 876,16	R\$ 24,55	04 / 72
150423873 - (Empréstimo por Consignação)	955 - OLE CONSIGNADO	20/11/2018	12/2018	-	21/11/2018	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 564,87	R\$ 16,00	06 / 72
147641482 - (Empréstimo por Consignação)	955 - OLE CONSIGNADO	03/10/2018	11/2018	-	04/10/2018	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 3.347,18	R\$ 84,75	07 / 72
147639534 - (Empréstimo por Consignação)	955 - OLE CONSIGNADO	03/10/2018	11/2018	-	04/10/2018	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 9.699,97	R\$ 245,60	07 / 72
147154662 - (Empréstimo por Consignação)	955 - OLE CONSIGNADO	27/09/2018	10/2018	2018/09	29/09/2018	04/10/2018	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 2.856,49	R\$ 84,75	01 / 59
147154654 - (Empréstimo por Consignação)	955 - OLE CONSIGNADO	27/09/2018	10/2018	2018/09	29/09/2018	04/10/2018	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 8.279,52	R\$ 245,60	01 / 59
55-5535668/18 - (Empréstimo por Consignação)	707 - BANCO DAYCOVAL	27/07/2018	08/2018	-	05/08/2018	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 7.673,05	R\$ 214,50	10 / 72
319135067-1 - (Empréstimo por Consignação)	623 - PAN	30/01/2018	02/2018	-	31/01/2018	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 549,37	R\$ 15,30	16 / 72
319135067-8 - (Empréstimo por Consignação)	623 - PAN	09/08/2017	09/2017	-	10/08/2017	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 7.451,14	R\$ 188,56	21 / 72
316756915-5 - (Empréstimo por Consignação)	623 - PAN	07/08/2017	09/2017	2017/07	08/08/2017	10/08/2017	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 6.020,09	R\$ 188,56	01 / 55
316632208-5 - (Empréstimo por Consignação)	623 - PAN	31/07/2017	08/2017	2018/09	31/07/2017	27/09/2018	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 3.024,29	R\$ 84,75	14 / 72
316832025-3 - (Empréstimo por Consignação)	623 - PAN	31/07/2017	08/2017	2018/09	31/07/2017	27/09/2018	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 8.774,84	R\$ 245,60	14 / 72
316632192-1 - (Empréstimo por Consignação)	623 - PAN	27/07/2017	08/2017	2017/07	28/07/2017	31/07/2017	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 2.305,64	R\$ 84,75	01 / 40
316631956-0 - (Empréstimo por Consignação)	623 - PAN	27/07/2017	08/2017	2017/07	28/07/2017	31/07/2017	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 7.030,23	R\$ 245,60	01 / 44
315186993-4 - (Empréstimo por Consignação)	237 - BRADESCO	29/03/2017	04/2017	-	29/03/2017	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 1.059,10	R\$ 31,72	26 / 72
118144611 - (Empréstimo por Consignação)	955 - OLE CONSIGNADO	18/01/2017	02/2017	2018/07	20/01/2017	31/07/2018	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.849,04	R\$ 56,90	18 / 72
118148005 - (Empréstimo por Consignação)	955 - OLE CONSIGNADO	13/12/2016	01/2017	2018/07	12/12/2016	31/07/2018	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 5.685,55	R\$ 173,81	19 / 72
569520627 - (Empréstimo por Consignação)	029 - ITAU CONSIGNADO	07/05/2016	04/2016	2017/07	16/03/2016	08/08/2017	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 6.194,48	R\$ 188,56	16 / 72
554212655 - (Empréstimo por Consignação)	029 - ITAU CONSIGNADO	07/04/2015	03/2015	2017/07	20/02/2015	28/07/2017	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 8.563,46	R\$ 245,60	29 / 72
557412733 - (Empréstimo por Consignação)	029 - ITAU CONSIGNADO	07/04/2015	03/2015	2016/03	20/02/2015	16/03/2016	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 2.823,92	R\$ 80,99	13 / 72
545744995 - (Empréstimo por Consignação)	029 - ITAU CONSIGNADO	07/12/2014	11/2014	2017/07	07/10/2014	28/07/2017	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 3.005,52	R\$ 84,75	33 / 72

Contrato	Banco	Iní. Contrato	Iní. Desconto	Fim Desconto	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Emprestado	VI. Parcela	Parcela Total
549521723 - (Empréstimo por Consignação)	029 - ITAU CONSIGNADO	07/07/2014	06/2014	2015/02	08/05/2014	20/02/2015	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 8.000,00	R\$ 245,60	09 / 60
044167110061706362 - (Empréstimo por Consignação)	104 - CAIXA	19/12/2012	01/2013	2016/12	20/12/2012	10/12/2016	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.276,39	R\$ 34,12	48 / 60
044167110061703932 - (Empréstimo por Consignação)	104 - CAIXA	05/12/2012	01/2013	2016/12	05/12/2012	07/12/2016	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 5.889,83	R\$ 158,63	48 / 60
043035110000097128 - (Empréstimo por Consignação)	104 - CAIXA	20/06/2012	07/2012	2016/12	20/06/2012	07/12/2016	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 883,65	R\$ 24,09	54 / 60
043035110000083259 - (Empréstimo por Consignação)	104 - CAIXA	11/04/2012	05/2012	2013/07	12/04/2012	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 992,93	R\$ 79,02	15 / 15
043035110000082600 - (Empréstimo por Consignação)	104 - CAIXA	03/04/2012	04/2012	2012/11	03/04/2012	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 1.015,97	R\$ 139,41	08 / 08
209754800 - (Empréstimo por Consignação)	029 - ITAU CONSIGNADO	07/11/2010	10/2010	2015/02	30/09/2010	20/02/2015	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.267,49	R\$ 40,23	53 / 60
003741173 - (Empréstimo por Consignação)	623 - PAN	12/12/2009	11/2009	2013/10	29/10/2009	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 5.279,10	R\$ 185,93	48 / 48
044167110061496708 - (Empréstimo por Consignação)	104 - CAIXA	27/03/2009	04/2009	2012/03	29/03/2009	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 5.896,02	R\$ 239,85	36 / 36
500476816002 - (Empréstimo por Consignação)	707 - BANCO DAYCOVAL	10/03/2006	03/2006	2009/02	24/02/2006	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 5.766,57	R\$ 296,00	36 / 36
800316146-3 - (Empréstimo por Consignação)	623 - PAN	22/06/2005	07/2005	2008/06	22/06/2005	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 300,00	R\$ 18,07	36 / 36
044167110000093883 - (Empréstimo por Consignação)	104 - CAIXA	28/01/2005	02/2005	2008/01	31/01/2005	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 1.207,37	R\$ 57,82	36 / 36
044167110000032663 - (Empréstimo por Consignação)	104 - CAIXA	18/06/2004	07/2004	2006/02	24/06/2004	24/02/2006	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 6.259,19	R\$ 295,80	2

Reserva de Margem para Cartão de Crédito

Contrato	Banco	Início Contrato	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Limite Cartão	VI. Reservado
11517200	318 - BANCO BMG	01/03/2016	03/02/2017	07/02/2019	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 3.064,00	R\$ 130,24
9828220	318 - BANCO BMG	01/03/2016	24/03/2016	03/02/2017	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 4.994,66	R\$ 122,64
6836950	318 - BANCO BMG	01/08/2015	23/09/2015	07/01/2016	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 4.225,16	R\$ 110,93
C24839957134	623 - PAN	22/02/2008	23/02/2008	11/04/2008	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 0,00	R\$ 13,89

Descontos de Cartão de Crédito

Contrato	Banco	Comp. Desc.	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Saldo Devedor	VI. Desconto	Util. Mês
125271807900022019	318 - BANCO BMG	02/2019	25/01/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 130,24	R\$ 130,24	R\$ 0,00
125271807900012019	318 - BANCO BMG	01/2019	24/12/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 130,24	R\$ 130,24	R\$ 3,90
125271807900122018	318 - BANCO BMG	12/2018	26/11/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 130,24	R\$ 130,24	R\$ 0,00
125271807900112018	318 - BANCO BMG	11/2018	26/10/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 130,24	R\$ 130,24	R\$ 0,00
125271807900102018	318 - BANCO BMG	10/2018	24/09/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 130,24	R\$ 130,24	R\$ 0,00
125271807900092018	318 - BANCO BMG	09/2018	26/08/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 130,24	R\$ 130,24	R\$ 0,00
125271807900082018	318 - BANCO BMG	08/2018	26/07/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 130,24	R\$ 130,24	R\$ 16,98
125271807900072018	318 - BANCO BMG	07/2018	22/06/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 113,87	R\$ 113,87	R\$ 0,00
125271807900062018	318 - BANCO BMG	06/2018	05/06/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 113,87	R\$ 113,87	R\$ 0,00
125271807900052018	318 - BANCO BMG	05/2018	01/05/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 130,24	R\$ 130,24	R\$ 229,60
125271807900042018	318 - BANCO BMG	04/2018	22/03/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 128,29	R\$ 128,29	R\$ 0,00
125271807900032018	318 - BANCO BMG	03/2018	25/02/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 128,29	R\$ 128,29	R\$ 0,00
125271807900022018	318 - BANCO BMG	02/2018	06/02/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 128,29	R\$ 128,29	R\$ 363,26
125271807900012018	318 - BANCO BMG	01/2018	24/12/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 121,97	R\$ 121,97	R\$ 0,00
125271807900122017	318 - BANCO BMG	12/2017	22/11/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 120,14	R\$ 120,14	R\$ 0,00
125271807900112017	318 - BANCO BMG	11/2017	21/10/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 120,14	R\$ 120,14	R\$ 0,03
125271807900102017	318 - BANCO BMG	10/2017	24/09/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 120,14	R\$ 120,14	R\$ 0,03
125271807900092017	318 - BANCO BMG	09/2017	22/08/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 120,14	R\$ 120,14	R\$ 0,03
125271807900082017	318 - BANCO BMG	08/2017	23/07/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 120,14	R\$ 120,14	R\$ 319,22
125271807900072017	318 - BANCO BMG	07/2017	22/06/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 109,08	R\$ 109,08	R\$ 0,02
125271807900062017	318 - BANCO BMG	06/2017	23/05/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 109,08	R\$ 109,08	R\$ 0,02
125271807900052017	318 - BANCO BMG	05/2017	25/04/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 121,29	R\$ 121,29	R\$ 0,02
125271807900042017	318 - BANCO BMG	04/2017	22/03/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 121,29	R\$ 121,29	R\$ 0,02

Contrato	Banco	Comp. Desc.	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Saldo Devedor	Vi. Desconto	Util. Mês
125271807900032017	318 - BANCO BMG	03/2017	22/02/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 121,29	R\$ 121,29	R\$ 0,02
125271807900022017	318 - BANCO BMG	02/2017	23/01/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 122,64	R\$ 122,64	R\$ 0,02
125271807900012017	318 - BANCO BMG	01/2017	22/12/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 122,64	R\$ 122,64	R\$ 0,02
125271807900122016	318 - BANCO BMG	12/2016	26/11/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 122,64	R\$ 122,64	R\$ 0,02
125271807900112016	318 - BANCO BMG	11/2016	22/10/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 122,64	R\$ 122,64	R\$ 0,02
125271807900102016	318 - BANCO BMG	10/2016	27/09/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 122,64	R\$ 122,64	R\$ 0,02
125271807900092016	318 - BANCO BMG	09/2016	24/08/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 118,80	R\$ 118,80	R\$ 0,02
125271807900082016	318 - BANCO BMG	08/2016	22/07/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 119,02	R\$ 119,02	R\$ 0,02
125271807900072016	318 - BANCO BMG	07/2016	22/06/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 119,39	R\$ 119,39	R\$ 5,00
125271807900062016	318 - BANCO BMG	06/2016	25/05/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 119,22	R\$ 119,22	R\$ 0,17
125271807900052016	318 - BANCO BMG	05/2016	21/04/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 118,04	R\$ 118,04	R\$ 3.019,12



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

DESPACHO

Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.

Ref.: Processo nº 35000.001090/2019-59.

Int.: BANCO BMG S.A.

A s s .: Apuração de irregularidades -
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

assinado eletronicamente

MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **5459705** e o código CRC **1DF14B13**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35000.001090/2019-59

SEI nº 5459705